

**ACTA**

Aos nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 – Os dados conhecidos (finais de Julho/2010) sobre os números do desemprego no nosso Concelho continuam preocupantes e as perspectivas para o futuro próximo são negras. A crise económica, a inépcia do governo socialista que prometeu criar 150.000 novos postos de trabalho e que assiste ao crescimento do números de desempregados sem dar qualquer sinal de ser capaz de inverter esta tendência associada ao número de falências de empresas do nosso concelho que dia após dia não pára de aumentar, são realidades que devem preocupar e estar na primeira linha da acção do Executivo Municipal. Mais de 12.700 vimaranenses estão desempregados e não sabemos quantos deixaram o Concelho para no País ou no Estrangeiro procurarem emprego e estabilidade profissional que em Guimarães não encontram. Somos o Concelho com maior número de desempregados do Distrito e estamos infelizmente nos

primeiros lugares a nível Nacional. Perante esta evidência, que poderá fazer o Executivo Municipal para tentar inverter a tendência? **1 - Exigir do Governo medidas concretas de apoio ao tecido económico do Vale do Ave. 2 - Assumir uma estratégia para promover o desenvolvimento económico como o único meio de combate ao desemprego e apresentar as linhas e propostas de intervenção.** Aquilo a que assistimos em Guimarães nos últimos anos, quando os sinais da crise começaram a ser evidentes e a fustigar a economia vimaranense, é um perfeito cruzar de braços e esperar que a crise passe. É confrangedor ler as declarações do principal responsável do Partido Socialista e Vice-Presidente da Câmara quando diz: a) **"Estamos a trabalhar para que o desemprego que regista uma taxa muito elevada baixe consideravelmente"**. Estão a fazer o quê? b) **"O desemprego só se combate com crescimento económico e é nesse sentido que estamos a trabalhar criando condições à nossa dimensão para termos uma Cidade e um Concelho competitivos."** Estão a fazer o quê? Talvez a solução não seja fácil, estamos de acordo, mas o Dr. Domingos Bragança descobriu a fórmula para combater o desemprego – **"é preciso incentivar a criação de micro empresas..."** Já temos os Programas: **"Empresa na Hora"** - através da iniciativa 'Empresa na hora' passa a ser possível a constituição de sociedades num único balcão e de forma imediata , **"Empresa online"** - a marca **Empresa OnLine** distingue os serviços públicos transaccionais, realizados integralmente na Internet, relevantes para as empresas e empreendedores e o programa Licenciamento Zero como meios expeditos de criação de empresas, respectivo licenciamento e entrada em funcionamento. Mesmo com todos estes Programas a



taxa e o número de desempregados continua a subir assustadoramente. **Não é esta infelizmente a estratégia para reagir a uma profunda crise económica.** Uma crise sem precedentes exige do Governo Municipal uma estratégia à altura da crise. Sr. Presidente, Srs. Vereadores é urgente que o executivo Socialista enfrente este problema com a determinação que a gravidade dos números exige e assuma uma estratégia clara para o futuro. **Só é possível combater o desemprego com desenvolvimento económico e a Câmara tem a obrigação de dar contributos significativos para esta tarefa.** Compete ao Partido Socialista apresentar os instrumentos para cumprir a estratégia, mas apoiaremos a criação de um pelouro para o desenvolvimento económico e formação profissional. Apoiaremos uma revisão orçamental e um orçamento municipal para 2011 que inclua medidas de combate à crise económica e financeira, que altere a política de taxas e impostos municipais, reduzindo os seus valores como meio para captar investimento; Apoiaremos a redução do valor das taxas de construção de novas unidades industriais; Apoiaremos a redução das taxas de loteamento e taxas de ligação de saneamento para unidades industriais privados; Apoiaremos reduzir ou mesmo isentar temporariamente as taxas de IMI para novas unidades industriais. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “No passado dia 21 de Janeiro deste ano, fiz nesta câmara uma intervenção em que chamava atenção para a disparidade entre aquilo que é despendido neste mandato pelo Município com cargos de assessoria (adjuntos e secretários) e aquilo que era despendido em mandatos anteriores. Fiz notar que a Câmara de Guimarães passou de **6 assessores** para **14**

assessores. Fiz notar que a Câmara de Guimarães passou a gastar, só em assessoria, mais **€17.000/mês** (€17.091,92). Fiz notar que a Câmara de Guimarães passou a gastar mais **€240.000/ano** (€239.286,88). Fiz notar que a Câmara de Guimarães aumentou os encargos do Município em 133% com assessoria do Presidente de Câmara e Vereadores com pasta, o que, só durante este mandato, representa um aumento de **€ 1 milhão (€957.147,52)** face aos encargos suportados no mandato anterior! Perante estes números, questionei: *O que fez com que no mandato anterior nenhum dos vereadores com pasta tivesse pessoal afecto (para além do Vice-Presidente da Câmara), e agora todos o tenham e pela totalidade do que é permitido? O que justifica que em circular interna, a Câmara tenha dito aos trabalhadores que estava em causa a capacidade do município para cumprir com as suas obrigações, para justificar o não pagamento de prémios, e por outro lado onere o mandato com mais € 1 milhão euros em assessorias?* Importa lembrar que, na resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, em justificação deste aumento absolutamente exponencial de pessoal de auxílio aos vereadores, alegou a circunstância de Guimarães vir a ser Capital Europeia da Cultura em 2012, o que implicava um aumento de pessoal afecto ao Presidente e Vereadores para acompanhamento na área da cultura. A verdade é que, muito recentemente, veio a público a demissão de um desses adjuntos. Nada mais nada menos do que o Adjunto da Vereadora da Cultura, isto é, aquele que por maioria de razão mais afecto estaria ao acompanhamento das questões da CEC/2012. Não nos cabe naturalmente analisar os motivos da sua demissão, na sua dimensão de querela interna no Partido Socialista, mas cabe todavia analisar esses mesmos motivos, naquilo que importa a



esta Câmara e ao seu funcionamento. E a verdade é que, em declarações públicas, o ex-adjunto da senhora Vereadora da Cultura disse expressamente que *“o que eu estava a fazer na autarquia era **rigorosamente nada**, pelo que não me sentia bem de há uns tempos a esta parte ... e eu como não gosto de atrapalhar ninguém, entendi por bem sair”*. Aqui chegados importa questionar: Como é possível a Câmara de Guimarães ter ao seu dispor um Adjunto da Vereadora da Cultura, adjunto esse cuja necessidade foi por vós invocada, e não lhe atribuir, nas palavras do próprio, nenhuma função? Como é possível terem justificado um aumento mensal de €17.000 em assessores com uma necessidade exigida pela CEC, e agora sabermos da demissão de um Adjunto, precisamente da área da cultura, por não estar a fazer *rigorosamente nada*? Como é possível a Câmara ter tido a coragem de dizer aos seus trabalhadores, em Dezembro/2009, que contrariamente ao prometido, não iria pagar o prémio de desempenho por estar em causa a própria *“garantia da capacidade do município para cumprir com as suas obrigações”* e afinal admitir um adjunto que não fazia *rigorosamente nada*? Como é possível a Câmara, reunião após reunião, alegar que não tem dinheiro para aumentos de vencimento, para transferências de verbas para as freguesias, e afinal, em menos de 1 ano de mandato, ter gasto €31.742,10 com o vencimento de um adjunto que não fazia *rigorosamente nada*? E isto no mínimo, e isto relativo apenas a este mandato, porque o adjunto em causa referiu que esta situação se verificava, não apenas *“de há uns tempos a esta parte”*, como *“de há uns anos a esta parte”* Como é possível tudo isto?? Será plausível admitir que haja mais adjuntos ou secretários nestas condições? Que estejam a receber do erário público, do erário comunitário, sem ter qualquer função atribuída?

Senhor Presidente, Na minha intervenção de Janeiro, perguntei se estas admissões teriam *alguma coisa que ver com a coincidência de grande quantidade dos novos assessores terem em comum a filiação partidária?* Na altura, como é hábito, V. Exas. riram e troçaram com dislates vários e diversos. Agora eu não pergunto, mas afirmo: mas alguém tem alguma dúvida?! Mas alguém seriamente duvida que na maioria dos casos as admissões que então critiquei servem como único propósito engrossar as fileiras do partido socialista para preparar a sua reeleição? Alguém duvida que o 1 milhão de euros que os vimaranenses vão pagar a mais neste mandato não nos servem a nós, não servem a comunidade, não servem o nosso concelho, mas servem os propósitos eleitorais do partido socialista? Mas alguém duvida que está a ser utilizado património municipal, património de Guimarães, com propósitos partidários? Já ninguém pode duvidar. E se dúvidas houvessem, e antes de mais uma exibição de fuga para a frente a que em seguida vamos, com deleite assistir, temos aqui os factos com a sua crueza: a demissão de um adjunto com funções na área da cultura – aquela mesma área que V. Exas. diziam justificar o aumento de assessores – a dizer que não fazia *rigorosamente nada*. A dizer que os Vimaraneses lhe pagavam €2.441,70 por mês, para não fazer rigorosamente nada. A dizer que os Vimaraneses lhe pagaram €31.742,10 – só neste mandato! – para não fazer rigorosamente nada. E isto meus senhores, o verdadeiro motivo pelo qual foram contratados todos estes adjuntos e secretários, só não vê, quem não quer ver”. **3 – Vereador António Salgado Almeida** – Disse que, na sequência de um requerimento apresentado na Assembleia da República pelo Deputado Agostinho Lopes relativo a transferências financeiras do Orçamento de Estado para a Capital Europeia da Cultura, foi-lhe



informado da existência, no Orçamentado para 2009, de uma verba no valor de 13 milhões de euros, e que no mesmo ano apenas foi transferida a verba de cerca de 3 milhões para a Fundação Cidade de Guimarães. Assim, quis saber o que aconteceu aos 8,6 milhões de euros que em 2009 deveriam ter transitado de fundos comunitários, já que o Ministério das Finanças diz que só se constituiria receita caso existissem candidaturas apresentadas a fundos comunitários. **4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Informou que no presente mês de Setembro, na Suíça, a Associação Europeia de Atletismo avaliou e aprovou a candidatura apresentada pela Federação Portuguesa de Atletismo e pela Câmara Municipal de Guimarães para a realização do Campeonato da Europa de Corrida de Montanha em 2012. Disse, ainda, que a proposta de candidatura que foi preparada no passado mês de Março, apresentou Guimarães 2012 como palco da prova europeia, sendo que o percurso já planeado pela Câmara Municipal e pela Federação Portuguesa de Atletismo terá como ponto de partida e de chegada o Parque da Cidade e subirá até ao Monte de Monchique, num total de 4 mil metros e até uma altitude de 460 metros. Acrescentou que este evento internacional organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo, em cooperação com a Associação de Atletismo de Braga e a Câmara Municipal de Guimarães, sob a égide da Associação Europeia de Atletismo, realizar-se-á no mês de Julho de 2012 e contará com 500 participantes de cerca de 25 Países. Por último, disse que com este evento, a cidade de Guimarães regressa ao palco das grandes competições desportivas internacionais, já que, também no mesmo ano, e na sequência de uma candidatura apresentada pela Universidade do Minho e pela Câmara Municipal de Guimarães, a nossa cidade vai acolher o Campeonato do Mundo de Xadrez

Universitário; **b)** – Deu conhecimento da seguinte informação: “Em Março último o Município deu início a um processo de remoção de estruturas publicitárias colocadas abusivamente em domínio público, bem como dos processos de contra-ordenação daquelas instaladas em domínio privado. Esta medida planeada para o ano em curso, surgiu no âmbito da renovação das licenças de publicidade e ocupação de via pública, enquadrada nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais para 2010 e com o objectivo de realizar uma limpeza paisagística provocada pela proliferação de *outdoors* publicitários. Decorridos 6 meses, importa agora fazer uma avaliação da iniciativa, que poderá ser traduzida pelos seguintes indicadores: Foram removidas 60 estruturas publicitárias do domínio público ou privado do Município; Foram notificadas 68 empresas para a remoção ou licenciamento de publicidade instalada em domínio privado; Foram removidas 82 estruturas informativas colocadas em obras já concretizadas; Foram removidos 12 *outdoors* informativos das iniciativas do Município; E Foram instaurados 14 processos de contra-ordenação. Paralelamente, foi implementada a georeferênciação dos novos processos de licenciamento de publicidade, bem como das renovações, designadamente das estruturas publicitárias de maior dimensão, vulgarmente designadas de *outdoors*. Esta acção de grande impacto na vivência do concelho, permitiu a descoberta de novos espaços designadamente pela reposição da paisagem local. Este processo terá continuidade, embora com menor impacto, na publicidade colocada ilegalmente em espaços do domínio privado”; **c)** – Deu conhecimento da seguinte informação: **“Balanço de Incêndios Florestais – Período Crítico – Guimarães com menos área ardida em período homólogo do ano anterior** – Agora que



termina o período de Verão e se verifica uma diminuição acentuada das temperaturas, é chegado o momento de realizar uma avaliação do combate aos incêndios florestais. As condições meteorológicas consubstanciadas em altas temperaturas, humidades relativas muito baixas, bem como ventos instáveis predominantemente de leste, deram origem a mais um ano onde se verificou a simultaneidade e concentração de incêndios florestais. A prolongada permanência destas condições meteorológicas adversas, conjugadas em algumas das áreas com um coberto vegetal altamente inflamável e ainda uma topografia em que dominam declives acentuados, poderiam contribuir fortemente para cenários catastróficos. **Assim, entre Janeiro e Agosto do corrente ano, registaram-se 275 ocorrências, correspondendo ao total de área ardida de 240,82 hectares.** Em comunicação na última Reunião de Câmara, o Vereador Amadeu Portilha afirmou este ter sido **um dos anos em que Guimarães foi menos fustigado pelas chamas em terrenos florestais**, quando comparado com períodos homólogos nos anos anteriores, principalmente conhecidos os dados ao nível Distrital e Nacional, e tendo em conta as elevadas temperaturas registadas no período de Julho e Agosto. Como se verifica pelos dados estatísticos, em 2009 registaram-se 295 ocorrências, correspondendo a 348,38 hectares de área ardida, de Janeiro a Agosto, significando por isso que em 2010 existiu uma redução de quase 100 hectares de área consumida pelo fogo. Se compararmos pelo o período homólogo, o ano de 2005, extremamente semelhante ao nível de registo de temperaturas, verificamos a existência de menos 422 ocorrências e menos 492 hectares de área ardida. Para o Vereador Amadeu Portilha, o sucesso deveu-se, sem dúvida, à **pronta e eficaz intervenção**

das corporações de Bombeiros das Taipas e de Guimarães, apoiadas muitas vezes por corporações vizinhas, num trabalho que merece os mais rasgados elogios. Por outro lado, verificou-se também uma melhoria acentuada ao nível da prevenção, já que uma das principais razões de ocorrência de incêndios é a falta de limpeza de terrenos, tarefa dificultada, muitas vezes, pela impossibilidade de identificação dos seus proprietários e a sua notificação. Nesse sentido, e com o intuito de efectivar um Plano de Prevenção de combate a incêndios no período crítico, foi celebrado um protocolo com a maior parte das Juntas de Freguesia do Concelho para que colaborassem na identificação e notificação dos proprietários de terrenos e fosse comunicado à Câmara esses dados essenciais para as devidas notificações. Muitas dessas Juntas de Freguesia assumiram esta tarefa com grande entusiasmo e contribuíram decisivamente para a limpeza desses terrenos. **Por outro lado, dos 134 pedidos de intervenção que chegaram à Câmara Municipal de Guimarães em 2010, e até à data, 46 resultaram na limpeza de terrenos, 20 foram reencaminhados para contra-ordenações e 68 processos continuam pendentes.** Contudo, é intenção desta edilidade que se continue a efectuar o excelente trabalho que se tem feito a este nível, esperando que nos anos que se sucedam, os proprietários desses terrenos já conheçam e cumpram as suas obrigações legais sem que seja necessário recorrer à notificação dos mesmos. Releve-se, ainda, a finalizar, o sucesso do **Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas**, da iniciativa do IPJ e ao qual a Câmara Municipal aderiu. Nos meses de Julho e Agosto, nos postos de vigia da Montanha da Penha, os 16 Jovens Vigilantes recrutados procederam à detecção de 76 fogos florestais, contribuindo



decisivamente para a intervenção posterior dos Bombeiros ao seu combate, a maior parte das vezes, logo na fase inicial da ignição, logo, com maiores probabilidades de sucesso”; **5 – Vereador José Augusto Araújo** – Explicou o procedimento de recrutamento de docentes para as actividades de enriquecimento curricular no ano lectivo 2010/2011, esperando que na próxima semana esteja concluído o processo de colocação de professores nestas áreas nas EB1 do concelho. **6 – Vereadora Francisca Abreu** – Disse estar concluído o projecto para a instalação, em Guimarães, de um pólo de Indústrias Criativas que envolve seis municípios e um valor que ronda os nove milhões de euros, consagrando projectos de âmbito educativo (300 mil euros), mobilidade criativa (150 mil euros) e empreendedorismo criativo (150 mil euros), para além de outros que são comuns aos seis Municípios agrupados, estimando-se que o pólo de Guimarães esteja concluído em 2013. **7 – Presidente da Câmara – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador António Salgado Almeida reiterou que está salvaguardado o suporte financeiro para o trabalho que a Fundação Cidade de Guimarães e a Autarquia vão levar à prática, esclarecendo que as dúvidas suscitadas só podiam resultar de uma má interpretação da resposta do Ministério das Finanças. De seguida, e fazendo o ponto de situação relativamente aos projectos da Capital Europeia da Cultura, disse que o projecto de requalificação do Largo do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António será o mais complicado mas que estará concluído no final do próximo ano. Disse, ainda, que alguns projectos da Capital Europeia da Cultura serão executados no limite sendo o da Plataforma das Artes o mais complexo pela sua dimensão. No que diz respeito à Extensão do Museu Alberto Sampaio disse que até ao final do presente ano a obra deverá ser

adjudicada, esperando-se a sua conclusão até meados de 2012. Por último, salientou a necessidade de alavancar sinergias para mais tarde complementar um trabalho de reabilitação urbana que tem um impulso fundamental para a Capital Europeia da Cultura, tanto na Avenida Conde de Margaride como no Centro Histórico, onde foi feito um levantamento de espaços que precisam de conservação; **b)** – Sobre o problema do desemprego disse tratar-se de uma matéria complexa, que requer profundas reformas estruturais como reconhecem os mais altos responsáveis da União Europeia; **c)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima começou por dizer que Alberto Oliveira era responsável por uma brigada do ambiente que actuava no Centro Histórico e na periferia, trabalhando na sua dependência directa e do Vereador do Departamento de Obras Municipais. Salientou, ainda, que, apesar do aumento de assessores, a Câmara Municipal de Guimarães não preencheu todos os lugares que a lei lhe permite. Por último, discordou dos valores adiantados pelo Vereador André Coelho Lima, lembrando que Alberto Oliveira auferia apenas uma parte do valor previsto na lei por se encontrar na situação de reformado. -----

Posteriormente, o Arquitecto Raul Roque e o Director de Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal, Arquitecto Filipe Fontes, fizeram uma apresentação do projecto da Plataforma das Artes, obra que vai requalificar o antigo Mercado Municipal. -----

Pelas 11:20 horas ausentou-se o Vereador César Machado. -

-----INFORMAÇÃO-----

1 – Da conclusão da empreitada designada por “Arranjo Urbanístico da Rua de Camões, Travessa de Camões, Rua Dr. Bento Cardoso e Rua da Liberdade”. -----



----- **DELIBERAÇÃO** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE DE ALUNOS – ANO LECTIVO 2010/2011 – ADJUDICAÇÃO – Presente, para

aprovação, o Relatório Final que propõe a adjudicação da prestação de serviços em epígrafe a “Agência de Viagens e Transportes Alves, Lda.”, pelo valor de €447 351,50 (quatrocentos e quarenta e sete mil trezentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos) + IVA. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de Agosto de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra designada por “**Requalificação da EN 207-4 de Azurém a S. Torcato**”, de acordo com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos consta, para o ano de 2010, a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €400 000,00 (quatrocentos mil euros), destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.53. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Cândido José Rodrigues, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento em 13 de Agosto de 2010, pelo preço de **€295 777,35** (duzentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) + IVA e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2010** – €221.833,01 + IVA = €235 142,99; **Ano de 2011** – €73 944,34 (setenta e três mil novecentos e quarenta e

quatro euros e trinta e quatro cêntimos) + IVA = €78 381,00 (setenta e oito mil trezentos e oitenta e um euros)”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 24 de Agosto de 2010, que adjudicou a empreitada designada por **“Requalificação da EN 207-4 de Azurém a S. Torcato”** ao concorrente “Cândido José Rodrigues, S.A.”, pelo valor de €295.777,35 (duzentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 31 de Agosto de 2010, que adjudicou a empreitada designada por **“Via de Acesso ao Centro Escolar de Urgezes”**, ao concorrente “M. Couto Alves, S.A.”, pelo valor de €192.957,25 (cento e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e sete euros e vinte cinco cêntimos) + IVA, sendo o prazo de execução de 90 dias; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 18 de Agosto de 2010, que aprovou a conta final da obra de **“Construção de uma Rotunda na EN 101 junto da Urbanização do Rio – Ponte”**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 26 de Fevereiro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa “M. Couto Alves, S.A.”, pelo valor de €168 643,71 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €160 416,51 + IVA. 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos em virtude das quantidades previstas não terem sido esgotadas, no valor de €8 227,20 + IVA, correspondendo a 4,88% do valor da adjudicação. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €169 510,52 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e dez euros e cinquenta e dois cêntimos) + IVA, correspondentes a Auto de Medição no valor de €160.416,51



+ IVA e Autos de Revisão Preços no valor de €9.094,01 + IVA, e do Auto final no valor de €52 380,61 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6 /2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €9.094,01 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o n.º 1 do art.º 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada. **V** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 19 de Agosto de 2010, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 1.143 m2, necessária à implantação do Centro Cívico de Pinheiro, pelo valor de €50 000,00 (cinquenta mil euros); **VI** – Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para conhecimento, informação financeira relativa ao 2.º semestre de 2009 da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., nos termos dos art.º 34 e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **VII** – Do ofício do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular dando conhecimento que a Comissão Executiva aprovou por unanimidade a desistência do procedimento de conversão do Eixo Atlântico em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.

VIII – Da seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: **“PEDIDO DE REGISTO DE MARCAS – “GUIMARÃES 2012” E “GUIMARÃES 2012 CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA** – Em sua reunião de 7 de Janeiro de 2010 a Câmara Municipal deliberou não conceder autorização ao pedido de registo das marcas “*Guimarães 2012*” e “*Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura*”. No seguimento desta deliberação foram enviadas duas reclamações para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, uma para cada processo, nas quais o Município de Guimarães se opunha ao registo daquelas duas marcas. A autarquia recebeu agora a comunicação dos despachos do Director do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, ambos de 30 de Julho de 2010, através dos quais foram recusados aqueles dois pedidos de registo. Considerando que foi a Câmara Municipal que, na aludida reunião, deliberou não conceder autorização para aqueles dois registos, deverá agora ser levado ao seu conhecimento o teor destes despachos de indeferimento”. **IX** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: **“Transferência de verbas para encargos com a colocação de pessoal em refeitórios e prolongamento de horário – Ano civil 2010 – Acordo de Cooperação da Educação Pré – Escolar** – Em Reunião de Câmara de 3 de Dezembro de 2009 foi dado conhecimento da transferência de uma verba mensal no valor de €997,12 para a Freguesia de Balazar, destinada ao pagamento de encargos com a colocação de pessoal para o desenvolvimento de actividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) no Jardim de Infância de Cruzes/Balazar, a vigorar no ano civil 2010. Dado que, a partir do próximo ano lectivo, e em resultado do reordenamento da rede escolar a EB1/JI Cruzes/Balazar será encerrada, e os alunos



integrados na EB1/JI Agrolongo/Sande S. Lourenço, propõe-se que, a partir de Setembro, inclusive, se proceda: à suspensão da transferência da verba mensal para a Freguesia de Balazar; à alteração do valor da verba transferida para a Freguesia de Sande S. Lourenço, entidade que está a assumir os encargos com pessoal para apoio na hora de almoço e desenvolvimento das actividades de prolongamento de horário no Jardim de Infância de Agrolongo/Sande S. Lourenço, de €1 346,01 para €2 343,13, conforme discriminado no mapa em anexo. Assim, deverá o assunto ser submetido a Reunião de Câmara para conhecimento. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **X**

– Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Setembro de 2010, que aprovou a alienação de uma parcela de terreno com a área de 1.012 m², situada no Lugar da Cruz D' Argola, freguesia de Mesão Frio, à empresa Silva & Martins Campos, Lda., para rectificação de extremas, pelo valor de €53 500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos euros). -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Abstiveram-se os Vereadores Domingos Bragança, Alexandra Gesta, José Manuel Antunes e António Salgado Almeida, por não terem participado na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe,

adjudicada por deliberação de Câmara de 29 de Julho de 2010 ao Agrupamento CARI Construtores S.A. e Domingos da Silva Teixeira, S.A, pelo valor de €2.730.382,80 (dois milhões setecentos e trinta mil trezentos e oitenta e dois euros e oitenta cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 15 de Julho de 2010 a “Sociedade de Construções Guimar, S.A.”, pelo preço de €1.868.990,61 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa euros e sessenta e um cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA E.N. 310 – SILVARES/PEVIDÉM – OMISSÕES

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Agosto de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de omissões aceites respeitante ao procedimento da “**Requalificação da Antiga E.N. 310 – Silvares/Pevidém**”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art.º 61.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a lista de omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele



diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de Câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se, pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 30 de Agosto de 2010". A lista de omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Agosto de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento da "**Extensão do Museu Alberto Sampaio**". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art.º 61.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de Câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se, pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 31 de Agosto de 2010". A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITO DE EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA A VARIANTE DE SILVARES – PROC. 40/15/2009 –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães, em 4 de Março de 2010, deliberou requerer ao membro do governo competente, a Declaração de Utilidade Pública relativamente a duas parcelas de terreno necessárias à obra acima indicada, designadas por parcelas 4 e 5. Pese embora tivesse sido referido que a Variante de Silvaes era uma das obras de infra-estruturas reputadas como fundamentais para o domínio público, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) solicitou que o Município rectificasse a mencionada deliberação, de forma a fundamentar a necessidade da expropriação, identificação de todos os interessados, bem como das parcelas e o montante previsto com a presente expropriação. Nesse âmbito cabe expressamente indicar que a Variante de Silvaes é uma via cuja necessidade de construção se baseia no facto do Município ter desenvolvido um estudo de intervenção no território, na zona envolvente ao Nó de Acesso da Auto-Estrada e requalificação do centro de freguesia de Silvaes, que implicou a possibilidade de se virem a instalar nessa parcela de território vários estabelecimentos comerciais de grandes dimensões, cuja atractividade irá implicar um aumento do fluxo automóvel naquela área, que não poderá nem deverá sobrecarregar as vias existentes, já de si bastantes congestionadas. Daí a necessidade de se criar uma via alternativa e estruturadora do trânsito automóvel, face a uma nova realidade urbanística com bastante impacto na freguesia de Silvaes, para permitir aos utentes um acesso automóvel alternativo e complementar que irá servir toda a área visada no contrato de urbanização aprovado em minuta por deliberação de 4 de Dezembro de 2008, bem como servirá de opção para a Centralidade da freguesia de Silvaes, criando uma maior fluidez no trânsito automóvel. Os encargos previstos com a



expropriação das parcelas 4 e 5 são de €429.187,08 em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. As parcelas a expropriar e respectivos proprietários encontram-se devidamente identificados em quadro anexo. Deste modo, deverá ser aprovado rectificar a deliberação de 4 de Março de 2010 nos termos acima expostos. À consideração superior". O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

PROCOLOS – PROCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE – Presente a seguinte proposta: "A Resolução do Conselho

de Ministros n.º 44/2010, de 14 de Junho, definiu critérios e orientações para o reordenamento da rede escolar, com vista a adequar a dimensão e as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono, estabelecendo, neste quadro, o encerramento de escolas com menos de 21 alunos. O Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no Acordo celebrado em 28 de Junho de 2010, reconhecem que, apesar do esforço de reordenamento da rede escolar iniciado em 2005, subsiste ainda um número significativo de escolas com menos de 21 alunos e que importa continuar a investir na procura das melhores condições e de soluções de carácter organizacional, que propiciem um trabalho didáctico e pedagógico mais rico. Considerando que com este reordenamento são oferecidas aos alunos melhores condições pedagógicas, de sociabilização e de acesso a equipamentos e valências que valorizam o processo de ensino – aprendizagem, e garantida a comparticipação financeira do Ministério da Educação

para o transporte de alunos, após consulta, a Câmara Municipal de Guimarães concordou com a proposta, ouvidos os Directores dos respectivos agrupamentos. Assim, e na concretização dos pontos 2 a 7 da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, e nos termos do Acordo com a ANMP, de 28 de Junho, proponho aprovação da minuta do Acordo e respectivos anexos, a celebrar com a DREN, tendo por objecto as condições nas quais o Município de Guimarães assegurará o transporte dos alunos das escolas a encerrar". A minuta do acordo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador António Salgado Almeida. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO URBAVERDE 2011 – Presente, para aprovação, a minuta do Protocolo que visa renovar a parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães e o Jornal Arquitecturas (entidade organizadora da **UrbaVerde**), para a divulgação da **7.ª Urbaverde – Expo Cidades**, a realizar nos dias 23, 24 e 25 de Março de 2011, no Centro de Congressos do Estoril. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE USO DE FOGO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, veio estabelecer o regime jurídico do licenciamento do exercício da actividade de fogueiras e queimadas, quanto às competências para o seu licenciamento. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, foram estabelecidas medidas e



acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, designadamente o estabelecimento de condicionalismos ao uso do fogo, pelo que se torna pertinente a actualização e a clarificação dos termos e conceitos relativos ao licenciamento de actividades que envolvem o uso do fogo, actualmente regulamentadas pelo Regulamento Municipal do Exercício de Diversas Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. Neste contexto, torna-se imprescindível a criação de um Regulamento Municipal de Uso do Fogo, através do qual poderá regular o exercício da actividade de fogueiras, queimas de sobrantes agro-florestais, queimadas, fogo controlado e utilização de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos, com vista a contribuir não só para um esclarecimento dos particulares sobre a matéria, mas também para a criação de condições de segurança que permitam uma diminuição do risco de incêndio e a protecção de bens comuns como matas e floresta e da própria paisagem tantas vezes descaracterizada pela ocorrência de incêndios. Deste modo, submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal do projecto de Regulamento Municipal de Usos do Fogo que se anexa". O Regulamento Municipal de Usos do Fogo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS E HUMANITÁRIOS DE GUIMARÃES – FIXAÇÃO DE PRAZO – Presente a seguinte proposta: "Dispõe o Artigo 20º do Regulamento em epígrafe que

as actividades que se iniciem no semestre em que ocorra a entrada em vigor do presente Regulamento ou no 1º semestre seguinte serão sujeitas a calendário de submissão de candidaturas específico e excepcional, a aprovar pela Câmara Municipal de Guimarães. Tendo o referido Regulamento entrado em vigor em Julho último, e atendendo ao facto de este ser o primeiro ano da sua vigência, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães fixe o dia 31 de Outubro como prazo limite para apresentação de candidaturas a financiamento para actividades que se iniciem no semestre em curso ou no 1º semestre de 2011". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES – RECTIFICAÇÃO DO REGULAMENTO – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Administração Geral: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sua sessão de 28 de Junho de 2010, deliberou aprovar a proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 20 de Maio de 2010. Na preparação da documentação a enviar para publicação do referido Regulamento detectamos lapsos que devem ser rectificados antes dessa publicação, e consequente entrada em vigor do Regulamento, e que se devem essencialmente ao facto de este trabalho se ter iniciado ainda antes da entrada em vigor da legislação que aprovou o novo regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo (Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro). No Regulamento então aprovado é referido que os apoios e subsídios, com excepção dos referidos nos



números 4 e 6, serão concedidos sob a forma de Protocolo, identificando-se o seu conteúdo no Anexo III do Regulamento (minuta de Protocolo), quando na verdade a forma que deve revestir é a de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, tal como consta do Anexo II do mesmo Regulamento (*cfr.* art. 2.º do mencionado Decreto-Lei n.º 273/2009), pelo que será necessário rectificar esta situação. Devendo o Regulamento utilizar as figuras jurídicas previstas por este novo diploma legal é necessário proceder à sua rectificação, pelo que as situações em que o Município atribui uma verba para investimento nas instalações desportivas, para comparticipação de acções, actividades ou programas e para organização de eventos desportivos devem, todas elas, ser tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo ou por contratos de patrocínio desportivo, passando a respectiva minuta a constituir o Anexo II do Regulamento. Consequentemente, devem ser eliminados o anterior Anexo III e o nº 4, do art. 7º do Regulamento. Nesta conformidade, o Regulamento passaria a ter a redacção constante do documento anexo à presente informação (**Doc. 1**), onde, para melhor compreensão, o texto das alterações propostas consta a cor verde. A merecer a concordância superior, a rectificação destes lapsos terá de ser submetida à Câmara para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal. O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. -----
PESSOAL – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL – ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO POR OPÇÃO GESTIONÁRIA – O Vereador

André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, pelo que a seguir se transcreve o respectivo teor: “Não importa agora relevar a **total** razão que tínhamos quando, na reunião de 1/Julho, levantamos algumas dúvidas que não foram na altura cabalmente esclarecidas pelo vereador da área, e que vieram a motivar que, por cautela, em função das dúvidas oportunamente levantadas, tivéssemos optado pela abstenção. Não importa agora relevar a **absoluta** pertinência e oportunidade da exibição do parecer da CCDR, já então homologado pelo Secretário de Estado, que aqui trouxemos na última reunião com o único propósito de, como é nossa função, informar a Câmara da manifesta ilegalidade da deliberação aqui tomada em 1/Julho; para a qual em devido tempo havíamos alertado. Como sempre, não nos quiseram ouvir. Como habitualmente, preferiam mais uma exibição da já famosa peça “fuga para a frente”, do que procurar tentar perceber se haveria alguma razão por trás das dúvidas levantadas pelos vereadores do PSD. Sem surpresa, o vereador da área preocupou-se mais em exhibir pareceres da Associação Nacional de Municípios, sem qualquer valia jurídica ou grau de vinculatividade, apenas para fazer o jogo político de não dar razão à oposição, ao invés de fazer o trabalho de casa, analisando competentemente a legislação antes de negociar com os trabalhadores e propor à votação operações inviáveis do ponto de vista jurídico. E agora, após tanta teimosia, vê-se esta Câmara forçada a ter que dar “o braço a torcer”, a ter que revogar uma deliberação anteriormente tomada, precisamente pelos exactos motivos para que chamamos atenção já em 1/Julho! Essencialmente porque ao invés de cuidarem ouvir o que por vezes dizem os vereadores da oposição, como contributos construtivos, se preocuparam unicamente em



combater, em não permitir que tivéssemos razão, para depois, afinal, serem forçados a admiti-lo; da pior maneira. É razão para recordar uma entrevista que o Presidente de Câmara concedeu ao jornal «*Comércio de Guimarães*», onde declarava que sentia falta de quem o ouvisse no PSD. Senhor Presidente: o senhor terá em nós, se o desejar, o ombro que procura, mas se cuidasse V. Exa. de nos ouvir, tanto quanto pedia que o ouvíssemos, certamente não teríamos chegado a este ponto, que não aproveita a ninguém, sobretudo à instituição Câmara Municipal, que a todos, e sublinho, a todos, nos cabe defender. Importa ainda recordar, pela importância, que em reacção à intervenção que sobre esta matéria fizemos na última reunião de Câmara, o Presidente de Câmara declarou publicamente que: 1 – A nossa posição visou apenas minorizar o papel dos funcionários da Câmara; 2 – A nossa intenção foi provocar com aspectos de pormenor que nunca foram trazidos a terreiro em reuniões de Câmara. Agora, em face da revogação que V. Exa. nos propõe, é legítimo que perguntemos, directamente: Com esta revogação, considera V. Exa. que está a minorizar o papel dos funcionários da Câmara? É esta uma decisão vexatória para esses funcionários? Qual a diferença, afinal, entre aquilo para que nós alertamos e aquilo que, afinal, se viram obrigados a fazer e agora nos propõem? É que não há diferença rigorosamente nenhuma! É ainda legítimo que questionemos: Como é possível ter considerado provocatório que tenhamos trazido “*aspectos de pormenor que nunca foram trazidos em reunião de Câmara*”, quando foram esses “*aspectos de pormenor*” que o forçaram a revogar uma posição que teimava em defender? Não considera – hoje – que não houve afinal provocação nenhuma? Não considera – hoje – que esses *aspectos de pormenor* afinal não eram tanto de pormenor, eram aliás de uma

relevância tal que o forçaram até a revogar a decisão anteriormente tomada? Qual a necessidade de lançar acusações e vitupérios sobre os membros das oposições, quando afinal, apenas se limitaram a ter razão? A humildade é característica dos fortes. E todos temos os nossos momentos. As graves considerações tecidas a propósito da nossa intervenção, sobretudo porque são agora absolutamente contraditadas e desmentidas pela revogação que hoje nos é proposta, mereciam uma tomada de posição, demonstrativa de elevação de carácter. Uma última palavra para os trabalhadores: Por muita vontade que todos, nesta Câmara, tivéssemos em que se pudesse exercer a opção gestionária, a verdade é que a lei e a sua estipulação de sobrepõe a todos nós, cidadãos, como um cutelo que impede que façamos tudo aquilo que pretendíamos fazer. A nós, enquanto Câmara Municipal de Guimarães, não nos cabe outro papel que não seja o de dar o exemplo, como escrupulosos cumpridores da legalidade. Independentemente de qual fosse a vontade de cada um dos elementos deste executivo, a lei sobrepõe-se-nos, pelo que não podemos, responsavelmente, incentivar a sua violação. A posição que nos vimos forçados a tomar, é a posição que tínhamos que tomar, porque no-lo dizem os normativos da Lei dos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações da Função Pública, e como órgão da administração pública, não pode esta Câmara ter diferente postura. Cabia-nos porventura o dever de não gerar expectativas, mas essa já será outra questão, que não cabe nesta sede analisar. Cabe sim uma palavra de solidariedade, e uma garantia de que se vier a ser proposto, em tempo e em conformidade com os requisitos legais exigíveis, o exercício da opção gestionária em anos vindouros, o PSD votará favoravelmente". O **Vereador António Salgado Almeida** propôs



que esta proposta fosse retirada para procedimentos complementares, designadamente aguardando-se pelo desenvolvimento do processo. Nesta conformidade, foi consensualmente aceite retirar este assunto da Ordem do Dia. ----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 6/2010 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Germino da Silva Gonçalves, com a categoria profissional de Assistente Operacional. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de repreensão escrita. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.** -----

FUNDO DE MANEIO – ALTERAÇÃO DO FUNDO DE MANEIO DAS OFICINAS AUTO – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Em reunião realizada em 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal deliberou constituir fundos de maneo para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas no ano de 2010, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.910.11) e do n.º 4 do artigo 12.º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do artigo 2.º do Regulamento Interno dos Fundos de Maneio. Conforme a referida deliberação, foi constituído um fundo de maneo para as Oficinas, no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) para peças urgentes necessárias à reparação de viaturas, a cargo do Eng.º Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela – rubrica 05/020203. Contudo, este fundo tem-se revelado manifestamente insuficiente para as actuais necessidades, pelo que torna-se necessário reforçar o mesmo em €500,00 passando, assim, a ser de €2.000,00 (dois mil

euros) mensais. Assim, deverá ser submetida a presente proposta para subsequente aprovação em reunião de Câmara”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.03. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO COM O EXTERNATO DEELFIM FERREIRA – ANO LECTIVO 2010/2011 – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Julho de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Com base no art.º 4.º da Portaria n.º 959/87 de 26 de Dezembro, o Externato Delfim Ferreira solicita a renovação do acordo camarário, a vigorar no ano lectivo 2010/2011, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela, matriculados no 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, matriculados nos cursos científico/humanísticos, transporte a ser efectuado com base no valor do passe escolar e número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres. Assim, e dadas as vantagens da celebração do referido Acordo, propõe-se a renovação do Acordo camarário com o Externato Delfim Ferreira, a vigorar no ano lectivo 2010/2011, devendo o assunto ser submetido a reunião de Câmara para deliberação. Informa-se, ainda, que esta despesa está cabimentada na proposta n.º 3625 do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2010/2011, aprovado em reunião de Câmara de 20 de Maio de 2010. À consideração superior”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO COM A



DIDÁXIS – COOPERATIVA DE ENSINO C.R.L. – ANO LECTIVO 2010/2011 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Com base no art.º 4.º da Portaria n.º 959/87 de 26 de Dezembro, a Didáxis – Cooperativa de Ensino C.R.L. solicita a renovação do acordo camarário, a vigorar no ano lectivo 2010/2011, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela, matriculados no 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, matriculados nos cursos científico/humanísticos e ainda os alunos dos cursos profissionais – Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Multimédia e Técnico de Apoio Psicossocial, que não são comparticipados pelo Fundo Social Europeu. Assim, e dadas as vantagens da celebração do referido Acordo propõe-se, para o ano lectivo 2010/2011, a renovação do Acordo camarário com a Didáxis, transporte a ser efectuado com base no valor do passe escolar e número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres. Informa-se, ainda, que esta despesa está cabimentada na proposta n.º 3625 do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2010/2011, aprovado em reunião de Câmara de 20 de Maio de 2010. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – CONCESSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, a equipa Móvel e Multidisciplinar do Vale do Ave (PETI) ao qual sucedeu o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) tem vindo a desenvolver respostas educativas/formativas em alternativa ao ensino regular através da medida PIEF – Programa Integrado de

Educação e Formação. Nesse sentido, foram constituídas duas turmas com 15 alunos, na sua maioria jovens institucionalizados no Centro Juvenil S. José e jovens que incorrem em situações graves de insucesso escolar, absentismo e/ou risco de abandono escolar, cujo objectivo é a conclusão do 2.º ciclo e vão funcionar no Centro de Formação Profissional da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, em Creixomil, bem como na EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, pelo que vem aquela Equipa solicitar, à semelhança de anos transactos, a colaboração da Autarquia para a concessão de transporte escolar em carreira pública. Atendendo a que: estes projectos decorrem da necessidade de assegurar a continuidade do percurso escolar destes grupos de jovens, que de outra forma abandonariam precoce e definitivamente o sistema de ensino, esperando que este programa, com a flexibilidade e adaptabilidade que oferece, permita a conclusão da escolaridade obrigatória, mantendo os alunos vinculados à escola; os alunos são oriundos de agregados familiares com graves carências económicas, com pouca cultura escolar e com forte desestruturação familiar; a idade dos menores que vão integrar aquela turma é igual ou inferior a 15 anos e encontram-se abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Dezembro. Propõe-se a concessão de transporte escolar de acordo com programas em anexo. Mais se informa que o transporte vai implicar à Autarquia o custo mensal previsível de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) e que para efeitos de cabimentação de verbas deverá ser utilizada a proposta n.º 3625 do plano de transportes escolares para o ano lectivo 2010/2011, aprovado em reunião de Câmara de 20 de Maio de 2010". Os referidos acordos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2010** – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, foi deliberado, em reunião de Câmara de 17 de Dezembro de 2009 aprovar, para o ano civil de 2010, a atribuição de verbas a várias entidades que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Considerando que se torna necessário, a partir de Setembro, inclusive, proceder à: suspensão da verba atribuída à Freguesia de Balazar no valor de 350,00€, e alteração do valor da verba atribuída à Freguesia de Sande S. Lourenço de 1426,00€ para 1834,80€, uma vez que a EB1/JI Cruzes/Balazar encerrou e os alunos vão ser integrados na EB1/JI Agrolongo/Sande S. Lourenço; suspensão da verba atribuída ao Agrupamento de Escolas Santos Simões no valor de 550,00€, uma vez que encerrou a EB1 Arcela/Costa e os alunos vão ser integrados na EB1 Monte Largo/Azurém; suspensão da verba atribuída ao Centro Paroquial de Moreira de Cónegos no valor de 400,00€, e alteração do valor da verba atribuída à Freguesia de Moreira de Cónegos de 1090,20€ para 1718€, uma vez que encerrou a EB1 Ancide/Moreira de Cónegos e os alunos vão ser integrados na EB1 Outeirinho/Moreira de Cónegos; suspensão da verba atribuída ao Agrupamento de Escolas Abel Salazar no valor de 200,00€, uma vez que encerrou a EB1 Lourinha/Ronfe e os alunos vão ser integrados na EB1 de Gemunde/Ronfe. Propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação acima referida, conforme discriminado no mapa em anexo. À Consideração Superior. O referido mapa dá-se aqui por

reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MARCHA GUALTERIANA – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de



Julho de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Associação Recreativa da Marcha Gualteriana solicitou a colaboração do Município através da cedência de viaturas para incorporarem os desfiles da Batalha das Flores e da Marcha Gualteriana, nos dias 31 de Julho e 2 de Agosto. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas." **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Julho de 2010, que disponibilizou, à CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, o transporte, em autocarro, das crianças e jovens residentes nos empreendimentos sociais à praia, no âmbito das actividades de Verão, nos passados dias 28 e 29 de Julho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande S. Martinho solicitando a atribuição de uma bandeira da Cidade. Propõe-se a atribuição da referida bandeira. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO – FEIRA CULTURAL DA LAPINHA – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Abação, em nome da Comissão Interfreguesias do Sudoeste da Montanha da Penha, solicitou

apoio para a realização de uma Feira Cultural que decorrerá no Largo do Santuário da Lapinha no próximo dia 11 de Setembro e onde estarão representadas todas as freguesias daquela área do Concelho, com promoções de gastronomia e artesanato. Considerando o interesse público da iniciativa, e de acordo com as solicitações apresentadas, proponho que a Câmara assuma os encargos com a instalação eléctrica do certame orçados em 150,00€ (cento e cinquenta euros) e sejam cedidas seis barracas, grades metálicas, e um palco, como apoio logístico, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – DOAÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE AO CENTRO SOCIAL DE SOUTO S. SALVADOR, SOUTO STA. MARIA E GONDOMAR, RELATIVO A UM TERRENO COM A ÁREA DE 4.850M2, SITUADO NO LUGAR DE ASSENTO, FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – PROCº 40/16/2007

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães adquiriu, em 2008, uma parcela de terreno com a área de 4.850m2, sita no Lugar do Assento, da freguesia de Souto S. Salvador. Sucede que o Centro Social de Souto S. Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar solicitou ao Município a doação da identificada parcela de terreno, destinando-se à instalação de um equipamento social para a prossecução dos seus fins estatutários, nos quais se integra o apoio aos idosos. De acordo com o despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança datado de 9 de Junho de 2010, a Câmara Municipal deverá apenas doar o direito de superfície do prédio



descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 490/Souto S. Salvador e inscrito sob o artigo urbano P696, ao identificado Centro Social. A doação do direito de superfície será por um período de 40 anos, inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos. Nos termos do artigo 13º, alíneas h) e i), do Código do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, ao direito de superfície será atribuído o valor de **€118.550,40**. Por outro lado, deverá ser salvaguardo o direito de reversão a favor do Município, caso o destino a ser dado ao imóvel seja distinto dos fins estatutários do Centro Social, ou no caso de extinção, cisão ou fusão daquela Associação. Em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido a deliberação camarária, conforme previsto na alínea a), do n.º4, do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme minuta que se anexa. À consideração superior". A minuta de doação de direito de superfície dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "Conservar e proteger a floresta da sua principal ameaça – o fogo – tem sido uma preocupação constante do executivo municipal. Contudo, Guimarães, como tantos outros concelhos, viu, mais uma vez, as marcas do fogo afectarem o seu património florestal, estando já contabilizadas 271 ocorrências a que correspondem cerca de 237 hectares de área ardida durante o corrente ano. A rápida e eficaz intervenção por parte das equipas de combate a incêndios das nossas corporações de Bombeiros Voluntários, as quais muitas

vezes tiveram que solicitar o apoio de Corporações de Bombeiros Voluntários, as quais muitas vezes tiveram que solicitar o apoio de Corporações de concelhos vizinhos, dado o elevado número de ocorrências que surgiam em simultâneo e que tornavam insuficientes os bombeiros disponíveis para o combate, evitaram situações mais gravosas, mas inúmeras vezes foi solicitado ao Serviço Municipal de Protecção Civil desta Câmara o apoio na alimentação dos bombeiros envolvidos em incêndios florestais na área de intervenção do concelho de Guimarães e que desempenhavam acções de combate há mais de seis horas. Esse apoio foi, mediante acordo com esse SMPC, desencadeado pela própria Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. Nesta sequência, veio a Direcção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Guimarães solicitar que esta Câmara subsidiasse as despesas que foram tidas por aquela Associação com a alimentação dos elementos que estiveram envolvidos em incêndios florestais nas últimas semanas, pelo que se propõe a atribuição de um subsídio de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA PROFISSIONAL CISAVE – AQUISIÇÃO DE CD MUSICAL – Presente a seguinte proposta: "A Escola Profissional CISAVE é um estabelecimento de ensino vocacionado para a oferta de cursos profissionais certificados, dirigidos sobretudo aos jovens que procuram, através desta formação, o ingresso no mercado de trabalho e/ou o prosseguimento dos seus estudos. De entre as várias iniciativas desenvolvidas por esta escola profissional conta a Prova de Aptidão profissional a que todos os alunos são obrigados. É o caso da aluna Filipa Ferreira,



do 12.º ano do Curso de Comunicação, que está a desenvolver um projecto musical com música e letras de sua autoria, necessitando de apoio para a sua conclusão. Considerando a valia do trabalho proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aquisição de 20 CD's à CISAVE, ao preço unitário de €5,00 (cinco euros), o que importaria à Autarquia um custo total de €100,00 (cem euros)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 08.01 e na unidade económica 07.01.10.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – GOVERNO CIVIL DE BRAGA – SEGURANÇA RODOVIÁRIA DISTRITAL – PEREGRINOS DE S. BENTO DA PORTA ABERTA – Presente a seguinte proposta: "O Governo Civil de Braga promoveu, no passado mês de Agosto, uma campanha de sensibilização junto dos peregrinos que se dirigiam ao Santuário de S. Bento da Porta Aberta, atravessando várias estradas do Minho e também o Concelho de Guimarães. No âmbito das parcerias da Segurança Rodoviária Distrital, solicitou à Câmara apoio para a instalação eléctrica de uma tenda na saída das Caldas das Taipas para a Póvoa de Lanhoso, cujos encargos foram orçados em €130,00 (cento e trinta euros). Considerando a importância da acção, deferi a pretensão a qual coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO SALGUEIRAL – ASSOCIAÇÃO DE RECREIO E CULTURA – CEDÊNCIA DE COLUNAS DE

ILUMINAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Salgueiral – Associação de Recreio e Cultura solicitou à Câmara a cedência de postes de iluminação, propriedade municipal, que se encontram nos nossos estaleiros para abate, com o objectivo de reforçar a iluminação do seu Campo de Jogos. Por informação do Departamento de Obras Municipais, o material solicitado são três colunas octogonais, cujo valor se estima em €780,00 (setecentos e oitenta euros). Considerando o não interesse municipal no seu aproveitamento e o pedido manifestado pela associação solicitante e o fim a que se destina, proponho a sua cedência, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CONQUISTADORES MOTO CLUBE DE GUIMARÃES – 15ª CONCENTRAÇÃO MOTARD DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Os Conquistadores Moto Clube de Guimarães promovem a realização da 15ª Concentração Motard de Guimarães que terá lugar em 3, 4 e 5 do corrente mês de Setembro nas Caldas das Taipas, tendo solicitado apoio municipal na oferta de três troféus para oferta a grupos de Espanha e Holanda que nela participaram. Considerando a importância da iniciativa e a intenção de bem receber participantes no interesse da promoção da cidade, proponho a ratificação do meu despacho que deferiu a oferta dos três troféus pertencentes ao espólio municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ENCONTROS INTERNACIONAIS DE MÚSICA – Presente a seguinte proposta: “O Centro Cultural Vila Flor, a



Associação Cultural “Convívio” e a Academia de Música Valentim Moreira de Sá, em organização conjunta, promovem de 30 de Agosto a 11 de Setembro mais uma edição dos Encontros Internacionais de Música de Guimarães, cujo recital de abertura teve lugar no Largo da Oliveira em 30 de Agosto. A organização do evento solicitou a colaboração da Câmara na instalação eléctrica para o referido recital de abertura, cujos encargos foram orçados em €150,00 (cento e cinquenta euros). Considerando o interesse cultural do evento, deferi a pretensão a qual coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDAR – FESTA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Setembro de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Gondar, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas em de S. João, realizadas entre os passados dias 22 e 25 de Junho, num máximo de €42,77 (quarenta e dois euros e setenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Agosto de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, autorização para instalação de três contadores para a

potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizadas entre os passados dias 10 e 15 de Agosto, num máximo de €44,38 (quarenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA EM HONRA DA SENHORA DA ASSUNÇÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Agosto de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova, autorização para instalação de três contadores para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra da Senhora da Assunção, realizada entre os passados dias 12 e 15 de Agosto, num máximo de €49,44 (quarenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – FESTAS DE S. MIGUEL-O-ANJO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Agosto de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Vermil, autorização para instalação de um contador para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas de S. Miguel-o-Anjo,



realizadas nos passados dias 25 e 26 de Agosto, num máximo de €7,62 (sete euros e sessenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. - SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTAS EM HONRA DE S. BARTOLOMEU – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Agosto de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, autorização para instalação de dois contadores para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas em Honra de S. Bartolomeu, realizadas entre os dias 27 e 29 de Agosto, num máximo de €26,84 (vinte e seis euros e oitenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. - A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pelas doze horas e quinze minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Manuel Gomes**, trabalhador municipal e sócio do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, que acentuou o facto de os trabalhadores da Autarquia terem vindo a ser vítimas de um processo injusto no que diz respeito à opção gestionária. O **Presidente da Câmara** disse que a Câmara tem demonstrado uma disposição para o diálogo franco mas que tem que cumprir aquilo que a lei determina, sendo, por isso, necessário aguardar pelo desenvolvimento deste processo. -----

**PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**